

Caixões reciclados | seis mil famílias em luto enganadas durante 20 anos

written by Maria Paulo | 4 de Março, 2026



A história do escândalo foi divulgada pelo jornal Nacer do Sol e resume-se num título mais comprido: seis mil famílias despediram-se dos seus mortos sem saber que lhes tinham roubado a última dignidade. A funerária reciclava caixões.

O Cidadão reproduz a reportagem do semanário, tal e qual ela foi publicada na passada sexta-feira. E tudo começa assim: Em agosto de 2017, a **Polícia Judiciária espanhola** foi a casa de Justo Martín Garrido como suspeito de extorsão. O que os agentes encontraram dentro de casa mudou o rumo da investigação por completo.

Catorze rolos de fotografias. Um pendrive com 207 imagens. 44

vídeos. 26 cadernetas com registos manuscritos de mais de 5.000 caixões. E um documento que explicava, passo a passo, como funcionava um dos maiores esquemas de fraude funerária de que há memória em Espanha.

Justo era funcionário da Funerária Castellana, de Valladolid. Durante anos tinha documentado em silêncio tudo o que via, não por consciência cívica, mas para usar como pressão sobre o patrão: **ameaçou expor o esquema se este não melhorasse a sua pensão e não contratasse o seu filho.** O patrão recusou e denunciou-o por extorsão. Ao investigar essa queixa, a polícia encontrou o arquivo. O próprio auto judicial descreve-o como **uma prova avassaladora que o trabalhador disponibilizou de forma involuntária.**

Quando uma família enlutada pagava por um **caixão de luxo**, estava convencida de que o ente querido seria cremado nele. Não era. **Antes da cremação, os funcionários substituíam o caixão por um modelo de baixa qualidade. O original era devolvido ao stock e revendido a outra família.** E assim sucessivamente, durante vinte anos, entre 1995 e 2015.

De acordo com o El Confidencial, que acompanhou de perto o caso desde as primeiras detenções, **cerca de 6.000 caixões terão sido reciclados desta forma, o equivalente a 73% de todos os que deveriam ter sido incinerados nesse período.** O lucro estimado pelo Ministério Público espanhol é de quatro milhões de euros.

Para que ninguém suspeitasse, havia um procedimento específico para os casos em que os familiares pediam para assistir ao início da cremação: **os funcionários introduziam o caixão no forno, acionavam os ventiladores que produziam muito ruído, mas não ativavam a combustão.** A família ouvia o som, despedia-se, e ia embora convencida de que tudo tinha corrido como previsto. Os caixões eram depois transportados para o cemitério da empresa em Santovenia de Pisuerga, onde era feita a troca e realizada a cremação real.

Por trás de tudo estava **Ignácio Morchón Alonso**, natural de Torrelabán, uma localidade com menos de 400 habitantes nos arredores de Valladolid. Trabalhou em várias profissões antes de entrar no negócio funerário e acabou por dominar praticamente todo o mercado local. Chegou a candidatar-se à presidência do clube de futebol Real Valladolid. **As investigações apuraram ainda que tinha informadores pagos em hospitais e lares de idosos, que o alertavam de cada óbito para que a sua empresa chegasse primeiro às famílias.**

Morchón morreu há cerca de dois anos e meio, já com o processo em curso, e não chegará a sentar-se no banco dos réus. No seu lugar estão a viúva, Rosário Vaquero, e os três filhos: Ignácio, Rosa e Laura. Cada um deles enfrenta um pedido de 20 anos de prisão por crimes que incluem organização criminosa, fraude continuada, falsificação de documentos, branqueamento de capitais e desrespeito pelos cadáveres. Dezanove funcionários da empresa estão também entre os arguidos.

O arquivo de Justo revelou algo ainda mais perturbador do que a fraude financeira: o modo como os corpos eram tratados durante a troca dos caixões. **As imagens mostram cadáveres colocados em tampas de caixões em desuso e em caixas de restos, numa "grande falta de respeito pelos defuntos"**, nas palavras da juíza de instrução.

O julgamento arrancou a 2 de março de 2026, em Valladolid, com 23 arguidos, 239 testemunhas e 17 peritos, distribuídos por 34 sessões até 9 de junho. Quando a notícia do esquema se tornou pública, desencadeou cerca de **1.300 queixas individuais**, tendo o juiz sido obrigado a agrupá-las: **cada acusador particular representa agora um mínimo de 54 vítimas.**

Em janeiro de 2019, as buscas a sete imóveis da família Morchón levaram à apreensão de 982.815 euros em dinheiro vivo, distribuídos por nove sacos de plástico. As provas são sólidas. A sentença, ainda por escrever.

OC/MP/SOL